



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 20-02-2024.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e quatorze minutos, reuniu-se na Sala 303 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Também participou do encontro o vereador Jonas Reis. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. Em prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a vereador Mônica Leal se encontrava em Licença para tratamento de Saúde (LTS), conforme memorando nº 003/2024 da Seção de Registros e Anais (SRA). De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: ao vereador Aldacir Oliboni, a Indicação nº 003/24 (Processo nº 0052/24) e, à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23 (Processo nº 1126/23), ao Veto Parcial. Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte de fevereiro do corrente, os seguintes Pareceres: nº 001/23 (Projeto de Decreto Legislativo nº 002/21 – Processo nº 0454/21), de autoria do vereador Ramiro Rosário; e, nº 002/23 (Indicação nº 101/23 – Processo nº 1202/23), de autoria da vereadora Mônica Leal. Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Dengue, fiscalização, combate, ações e vacinas”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Fernanda Fernandes, diretora-geral da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Maria Celeste Silva, superintendente estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Sul (SEMS-RS); Marcelo Fernandes, assessor para assuntos parlamentares da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF); Júlio César Jesien, presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Sindisaúde); Daniel Sauer Wolf, diretor do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers); Cláudia Canatta, presidente da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre; Waldir José Bohn Gass, coordenador do núcleo do Conselho Municipal de Saúde (CMS); José Carlos Silveira Vieira, representante do Conselho Local de Saúde (CLS) do extremo sul; Mazurquede Azevedo de Coimbra, farmacêutico e conselheiro do CMS de Porto Alegre; Giovana Ranquetat Fernandes,

presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF); Milena Bitencourt, nutricionista e presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Comsans); Maria Hisami Torii, usuária da Unidade Básica de Saúde (UBS) Ceres e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, a senhora Presidente, a vereadora Lourdes Sprenger comentou sobre a gravidade sanitária da atual situação da dengue em todo o País e, em especial, na cidade de Porto Alegre, destacando que no presente momento há cento e quarenta e um casos confirmados da doença na cidade, acrescentando, ainda, que as projeções indicam que aproximadamente quatro milhões e duzentas mil pessoas irão contrair Dengue no Brasil no decorrer do corrente ano. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos vereadores e demais convidados presentes na Mesa e plateia para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni, proponente da pauta, considerou que diante do agravamento da situação é necessário conhecer as ações efetivas adotadas pelo poder público municipal no combate a esse problema sanitário. Após, questionou se já há a confirmação de epidemia na Cidade e, em caso positivo, solicitou o detalhamento dos procedimentos adotados no Município para controlar a situação. Por fim, citou ausência de ações de pulverização nos bairros e criticou a existência de apenas oitenta e um profissionais agentes de saúde e endemias para atender a população de aproximadamente um milhão e seiscentos mil habitantes na Capital. A vereadora Cláudia Araújo indagou sobre os motivos que levaram o estado do Rio Grande do Sul ainda não ter recebido doses da vacina da Dengue e, também quis saber se o imunizante ainda será disponibilizado ao conjunto de municípios gaúchos no decorrer dos próximos meses. Após, relatou a dificuldade de os agentes de saúde obterem acesso às residências em vários pontos da cidade para a aplicação de inseticida e comentou sobre a alternativa da utilização de drones com garras especiais para aplicação direta de cloro nas piscinas sem a necessidade de entrar nas propriedades privadas. Em prosseguimento, considerou insuficiente o contingente de apenas oitenta e um agentes comunitários em função do porte da cidade de Porto Alegre, mas lembrou que foi graças à interlocução e ações do Legislativo que houve a possibilidade de alcançar esse número de cargos, reconhecendo, contudo, a necessidade de novas contratações através da devida negociação com a Prefeitura Municipal. Por fim, reiterou a necessidade da imediata disponibilização da vacina para toda a população da Capital. O vereador Ramiro Rosário reproduziu informação da SMS referente ao surgimento dos focos de larva em pequenos espaços nas diversas comunidades e ilustrou a situação dos galhos de árvores oriundas das podas ainda não recolhidos pela Prefeitura e a empresa CEEE Equatorial que também contribuem para abrigar os mosquitos. Em prosseguimento, indagou à representante do Ministério da Saúde sobre o real motivo para o Governo Federal não ter adquirido a vacina japonesa contra a Dengue no final do ano passado e ter optado por aguardar a fabricação de imunizante nacional. Por fim, também questionou sobre quais requisitos não foram efetivamente atendidos pelo estado do Rio Grande do Sul para ainda não ter sido contemplado com lotes da vacina. Indagou, ainda, se a Administração Federal admite ter errado nessa estratégia sanitária de distribuição do imunizante. A senhora Maria Celeste Silva informou que o Governo Federal ampliou de duzentos e cinquenta milhões para um bilhão e quinhentos milhões de reais os recursos destinados ao combate da dengue em todo o País, incluindo a aquisição de seis milhões e quinhentas mil doses da vacina japonesa, alertando, contudo, que a vacinação não é a solução definitiva para o problema, sendo necessária a participação e envolvimento efetivos da sociedade para o êxito no combate aos focos do mosquito. Em continuidade, informou que critérios para

distribuição da vacina, pelos quais o estado gaúcho ficou de fora da lista, foram definidos em conjunto pelo Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de todo o País. Por fim, enfatizou que o Governo respeita a ciência e segue todos os critérios epidemiológicos estabelecidos para a distribuição do imunizante. A senhora Fernanda Fernandes, informou que, apesar de monitorar a situação desde o ano passado, a Prefeitura Municipal foi surpreendida pelo aumento de casos nas quatro últimas semanas. Acrescentou, ainda, que tradicionalmente a campanha na mídia tem início no mês de março por ser o período em que ocorre o aumento dos casos e também reiterou que até a presente data foram confirmados cento e quarenta e um casos da doença na cidade, destacando que a zona Norte é a região com maior concentração dos focos do mosquito. Na sequência, comentou que, além de campanhas na mídia e nas escolas municipais, a Prefeitura pretende reforçar a distribuição de repelentes para crianças acima de seis anos e ampliar a testagem nas unidades de saúde. Por fim, comentou sobre a aquisição de vacinas, destacando a opção existente de um imunizante japonês, ressaltando que essa vacina é indicada apenas para adolescentes e lembrando que a maioria dos óbitos vem ocorrendo na faixa etária entre os mais idosos. O senhor Júlio César Jesien criticou a gestão do ex-secretário Erno Harzheim na ocasião em que ocupou cargo de gestão no Ministério da Saúde no governo federal anterior, atribuindo a ele a responsabilidade pela destruição das vagas de agente comunitário e de endemias na rede pública de todo o País. Após, também manifestou críticas às ações pontuais de outros ex-secretários de saúde da Capital que também contribuíram para suprimir vagas desses profissionais na rede básica de saúde da Cidade. Em continuidade, expressou satisfação ao verificar que, atualmente, diversos vereadores voltaram a defender as vacinas, ao contrário da posição manifestada no ano de dois mil e vinte e um, quando esses mesmos parlamentares eram contrários aos imunizantes, inclusive, tendo apoiado a utilização do Kit Covid que incluía o uso inapropriado da medicação Cloroquina. Por fim, alertou que, se não forem adotadas ações efetivas e medidas eficazes pelo Executivo, há o risco concreto de se instalar uma nova pandemia no Município em curto espaço de tempo. O senhor Daniel Sauer Wolf destacou a preocupação do Simers em relação à ampliação dos números alarmantes de contaminação em todas as regiões do estado e, também defendeu o reforço do contingente de agentes comunitários e de endemias como medida efetiva para prevenir um possível colapso na saúde pública da Capital. Por fim, sugeriu a realização de treinamento efetivo dos professores e demais profissionais da educação com a finalidade de ampliar as ações de combate aos focos da Dengue no ambiente escolar. A senhora Cláudia Canatta expressou satisfação com o pronunciamento do senhor Júlio César Jesien, o qual reiterou a carência de agentes de saúde e endemias na rede de atenção básica do Município. Destacou, ainda, que esses profissionais se encontram sobrecarregados e alertou para o risco de as comunidades ficarem sem os devidos serviços básicos nos bairros por insuficiência de contingente de trabalhadores em saúde. Por fim, destacou que o repelente é considerado um Equipamento de Proteção Individual (EPI) básico e alertou que diversos trabalhadores agentes de saúde ainda não receberam esse item, destacando que esse fato evidencia a falta do devido cuidado por parte da Prefeitura para com a saúde do trabalhador. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra ao público presente na plateia para suas manifestações. A senhora Milena Bitencourt considerou estar havendo falta de comunicação, assistência e transversalidade necessárias na rede municipal de saúde para o efetivo combate à proliferação da Dengue na Cidade. A Senhora Giovana Ranquetat Fernandes comentou sobre o planejamento de ações do

CRF com estabelecimentos comerciais e profissionais de farmácia, acrescentando que em Porto Alegre também há uma parceria com a SMS para o combate ao mosquito Aedes. Enfatizou, ainda, a necessidade de orientação técnica adequada à população para evitar o acúmulo de água em recipientes abandonados nas residências. Por fim, informou que farmácias privadas dos municípios estão disponibilizando testes rápidos e enviando os resultados para fins de catalogação e controle para a área de vigilância sanitária estadual. E, o senhor José Carlos Silveira Vieira solicitou a imediata regularização do serviço de coleta de lixo em sua comunidade, em especial em endereço fornecido e localizado na avenida Juca Batista. Relatou, ainda, o alastramento dos focos do mosquito e a disseminação de ratos e serpentes no local, denunciando, ainda, estar sendo pressionado e ameaçado, por gangues locais, para que o problema seja imediatamente resolvido. Por fim, reiterou que a situação persiste mesmo já tendo recorrido aos setores responsáveis pela coleta no Município e tendo tido a oportunidade de conversar, até mesmo, com o senhor Prefeito Municipal sobre o assunto. Destaca-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) enviar Pedido de Providência solicitando a ampliação dos testes de Dengue em todas as unidades de Saúde da Capital; 2) enviar Pedido de Providência solicitando a ampliação do estoque de repelentes na rede pública; 3) enviar Pedido de Providência solicitando a intensificação da campanha na mídia e redes sociais no combate ao mosquito Aedes, tendo em vista a intensificação do retorno da população à Capital após o período de férias e carnaval; 4) enviar Pedido de Providência justificando a necessidade de nomeação dos quinze cargos de agentes endemias ainda não preenchidos, os quais foram aprovados no último concurso público; 5) enviar Pedido de Providência para reforçar a necessidade de recolhimento de árvores derrubadas pelo temporal de janeiro; 6) enviar Pedido de Informação ao Executivo indagando sobre a possibilidade legal da contratação de agentes de saúde e endemias oriundos de empresas terceirizadas visando reforçar, neste momento crítico, o combate ao avanço da Dengue em Porto Alegre; 7) enviar Pedido de Providência ao Executivo solicitando o imediato recolhimento do lixo em terreno público localizado na avenida Juca Batista nº 5775 e nº 6005 que são focos de proliferação do mosquito Aedes e que foi objeto de denúncia na presente reunião; e, 8) agendar no final de março nova reunião sobre a presente temática, seja na Cosmam ou até mesmo no Plenário Otávio Rocha, ressaltando que o tema da pauta do dia vinte e seis de março na Cosmam é destinada ao vereador Aldacir Oliboni que poderá reiterar o presente assunto. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Lourdes Sprenger.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, Vereadora**, em 27/02/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0696120** e o código CRC **A9E4590C**.

Referência: Processo nº 009.00001/2024-31

SEI nº 0696120